



ISSN: 2595-5713

Vol. 01 | N°. 02 | Ano 2018

Rutte Tavares Cardoso Andrade

CABO VERDE E SUA AGENDA EPISTEMOLÓGICA NA ENCRUZILHADA DA ÁFRICA CONTEMPORÂNEA: UMA REANALISE HISTÓRICA DO PROCESSO DE RESISTÊNCIA

Cap Verd and its epistemological agenda at the crossroads of contemporary Africa: a historical reanalysis of the process of resistance

Resumo: No presente artigo, propomos fazer um exercício de suliamento sobre a historiografia de Cabo Verde e suas nuances, no contexto da África Contemporânea, face ao processo de ocidentalização. Abordaremos o processo de invasão das ilhas do arquipélago, como fatores essenciais para compreendermos as atuais condições e circunstâncias que historicamente marcaram o processo de resistência do povo cabo-verdiano, desde a sua configuração e formação no início do processo do povoamento das ilhas do arquipélago. Enquanto mulher *Preta de Campo*, numa busca incansável pela afirmação da nossa agência como um povo, neste exercício epistemológico teremos em devida conta as grandes crises em Cabo Verde, nos séculos XVI e XX, que dilaceraram mulheres, homens e crianças em todas as ilhas de Cabo Verde. Nesta discussão, propomos compreender as causas reais que estiveram na origem da alta taxa de mortalidade em todas as ilhas do arquipélago, principalmente nas ilhas de Santiago e Fogo, e as relações entre esses fatores com o processo de colonização e o sistema hegemônico vigente no país.

Palavras-chave: Cabo Verde; História; Resistência; Epistemologia Emancipatória

Abstract: In the present article, we propose to make a cross-examination exercise on the historiography of Cape Verde and its nuances, in the context of Contemporary Africa, in the face of the process of Westernization. We will approach the process of invasion of the islands of the archipelago, as essential factors to understand the current conditions and circumstances that have historically marked the resistance processor of the Cape Verdean people, since its configuration and formation at the beginning of the process of settlement of the islands of the archipelago. As a Black Woman, in an untiring search for our agency as a people, in this epistemological exercise we will take due account of the great crises in Cape Verde in the 16th and 20th centuries that have torn women, men and children in all the islands of Cape Verde. In this discussion, we propose to understand the real causes that led to the high mortality rate in all islands of the archipelago, especially in the islands of Santiago and Fogo, and the relations between these factors with the colonization process and the current hegemonic system in the country.

Key words: Cap Verd; History; Resistance; Emancipatory Epistemology.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

CABO VERDE E SUA AGENDA EPISTEMOLÓGICA NA ENCRUZILHADA DA ÁFRICA CONTEMPORÂNEA: UMA REANALISE HISTÓRICA DO PROCESSO DE RESISTÊNCIA

Rutte Tavares Cardoso Andrade¹

“Nós sabemos quem somos e o que devemos fazer se soubermos a nossa história. Um povo sem apreço pelo valor das experiências históricas está destinado a criar o caos.”

Molefi Kete Asante

Introdução

A nossa reflexão no presente artigo centra na análise sobre o processo histórico e social de Cabo Verde, na encruzilhada da África Contemporânea para compreender os fenômenos e eventos históricos que marcaram o processo de resistências do povo das ilhas, atravessados por sistema de dominação colonial e suas implicações no processo de desontologização e afirmação da identidade étnico racial. Neste diapasão intelectual, importa destacar a relevância da compreensão dos dados demográficos da cidade da Praia, capital de Cabo Verde, desde o século XVI a XXI e os efeitos do seu impacto nos fenômenos culturais, enquanto manta organizativa da vida dos povos africanos, no continente e na diáspora. Deste modo, a nossa análise encontra ressonância no paradigma analítico da afrocentricidade, como metodologia de interpretação e análise bibliográficas, na compreensão dos fenômenos e eventos sociais, culturais e históricos.

Para essa abordagem, teremos em devida conta as análises historiográficas de Silva (1990, 1991, 1999), Évora (2009) e Semedo (2011), entre outras importantes interpretações sobre a história do arquipélago. A última crise de fome que aconteceu em Cabo Verde, na década de 1960, teve o maior impacto no âmbito demográfico, como também em relação ao fenômeno de migração do campo para a cidade da Praia, capital do país, com todas as suas consequências.

Cabo Verde é um arquipélago formado por dez ilhas, localizadas na Costa Ocidental africana, situando-se a 445 km do Senegal, o país do continente africano mais próximo deste arquipélago. Segundo os registros historiográficos, as ilhas de Cabo Verde foram invadidas pelos navegadores portugueses entre 1460 e 1462 por navegadores genoveses, Diogo Gomes e Antônio da Nole, que estavam ao serviço da Coroa portuguesa. As ilhas estão distribuídas em dois

¹ Professora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Colaboradora do Curso de Pós-Graduação em Pedagogia, na Universidade de Santiago em Cabo Verde.

grupos: barlavento, ao norte do arquipélago, constituído pelas ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista; e o grupo Sotavento, mais ao sul do arquipélago, constituído pelas ilhas do Maio, Santiago, Fogo e Brava. Santiago a maior ilha do arquipélago de Cabo Verde, é a sede da cidade da Praia, capital político e econômico do país. Foi à primeira ilha invadida, também, onde foi iniciado todo o processo de povoamento e de exploração colonial do arquipélago de Cabo Verde.

De acordo com a história oficial, as ilhas de Cabo Verde não foram invadidas, pois estavam desertas e sem a presença humana, sendo que o povoamento foi iniciado logo após a sua invasão, por colonos portugueses predominantemente do sul do Algarve e escravos capturados nos chamados Rios da Guiné. O poeta Jorge Barbosa, um dos maiores literatos que o arquipélago produziu, soube muito bem ilustrar a situação de “abandono” em que foi achado o arquipélago de Cabo Verde, conforme podemos notar pelos versos a seguir:

Quando o descobridor chegou à primeira ilha nem homens nus / nem mulheres nuas /
espreitando / inocentes e medrosos / detrás da vegetação. / [...] / Havia somente / as aves
de rapinas / de garras afiadas / as aves marítimas / de voo largo / as aves canoras /
assobiando inéditas melodias. / E a vegetação cujas sementes vieram presas / nas asas
dos pássaros / ao serem arrastadas para cá / pelas fúrias dos temporais (BARBOSA,
1956).

A localização geoestratégica de Cabo Verde, na costa ocidental africana, e no atlântico médio, fez com que, desde muito cedo, e na epopeia da expansão marítima europeia, o arquipélago fosse utilizado como um dos mais importantes entrepostos do comércio de escravos entre a Europa, a África e as Américas. A cidade de Ribeira Grande de Santiago, a primeira capital de Cabo Verde, hoje tombada pela UNESCO como Patrimônio Histórico da Humanidade, foi a primeira erguida pelos colonizadores portugueses nos trópicos. Ela teve importância estratégica na geopolítica mundial, tendo sido uma referência no tratado de Tordesilhas e no Comércio Triangular entre a Europa, a África e as Américas, e da colonização da costa ocidental do continente africano.

Com a abolição do tráfico negreiro em 1876, o interesse comercial do arquipélago sofreu uma baixa sem precedentes para a metrópole colonizadora, que, conseqüentemente, passou a dar mais importância às outras províncias coloniais com maiores potenciais agrícolas e de mineração que Cabo Verde, iniciando-se, assim, o abandono e a decadência econômica do arquipélago, refletida na cidade de Ribeira Grande de Santiago. Ainda hoje, as ruínas dessa imponente cidade colonial ilustram as conseqüências da decadência por que passou acrescidas pela pirataria de corsários, muito frequente no período pré-abolição.

O povoamento das Ilhas foi realizado, inicialmente, como recurso do processo de doação de terras aos colonizadores europeus que se dedicaram ao cultivo e criação de animais, em 1462. A mão de obra destinada a essas tarefas era a escrava, proveniente majoritariamente da Guiné. As ilhas do arquipélago foram ocupadas a partir da presença de dois grupos de culturas diferentes, uma minoria de homens brancos vivendo em Cabo Verde, colonizadores portugueses, e os negros e negras escravizados (as) de diferentes etnias, providentes na sua maior parte do continente e regiões como as da Guiné-Bissau. Segundo as fontes históricas:

A documentação quinhentista não permite esclarecer cabalmente as origens étnicas dos escravos africanos. O que explica porque, sendo os escravos uma mercadoria, pouco importava aos agentes envolvidos no tráfico saber se ele era jalofo, balanta, mandinga, fula, manjaco ou qualquer outra etnia. A posição dos autores que estudaram a questão das origens é a de que o grosso dos escravos entrados nas ilhas provinha da Costa da Guiné, aproximadamente da margem que se estende a sul do rio Senegal até ao rio Orange, no limite norte da Serra Leoa. Era a região onde os moradores estavam autorizados a comerciar. As dificuldades surgem quando se tenta estabelecer a predominância deste ou daquele grupo étnico no povoamento inicial das ilhas. António Carreira, que estudou mais detidamente esta questão, escreveu que entraram “vinte e sete mil grupos étnicos e alguns subgrupos” (SANTOS; TORRAO; SOARES, 2007, p. 76-77).

Reportando-nos às fragilidades geográficas do arquipélago de Cabo Verde, importa citar dois poetas, que, entre muitos outros, souberam exprimir a angústia de dois fenômenos fundamentais na geografia cabo-verdiana, com impacto na configuração social do país. Jorge Barbosa deixou o seguinte registo acerca do arquipélago:

Destroço de que continente, / de que cataclismo, / de que mistério!... / Ilhas perdidas – no meio do mar, – esquecidas – num canto do mundo – que as ondas embalam, / maltratam, abraçam...” (BARBOSA, 1935, p. 23). Ovídio Martins, outro poeta cabo-verdiano, também expressou as fragilidades de Cabo Verde num dos seus poemas “A Seca”: “Árvores / sem carne / Terra / de fogo / Homens / bloqueados / (espantosamente bloqueados). / Irmãos / no cataclismo periódico / de falta de água / Já sem forças / para mandarem / calar o mar (MARTINS, 1962, p. 43).

Cabo Verde esteve sob o domínio colonial português desde a sua invasão, em 1460 até 05 de julho de 1975, data em que foi declarada a independência nacional, na sequência do reconhecimento pelas Nações Unidas sobre o direito dos povos à autodeterminação. É importante mencionar que os cinco séculos de ocupação portuguesa modificaram muito o povo cabo-verdiano. As manifestações culturais africanas foram subalternizadas em função dos interesses da metrópole. A língua e a religião cristãs foram introduzidas, e o modelo cultural produtivo servia aos interesses do colonizador (CARDOSO, 2005).

Para o historiador Pereira (2004), o problema do batismo e catequização de escravizados (as), esteve intimamente vinculado a outro, que é a sua ladinização, pois a preocupação dos

colonizadores era não só com a imposição da cultura europeia aos africanos, que se traduz no ensinamento dos dogmas da religião cristã, mas também com a língua e os princípios que regem os caucasianos. Nas palavras do historiador, “Se se quiser, a transformação do escravo em boçal nativo ‘inculto’ em ladino ‘culto’ (PEREIRA. 2005, p. 205). A hegemonia europeia fez com que a Europa impusesse a sua cultura e modelo civilizatório aos africanos, como uma estratégia importante de dominação. Neste sentido, a antropóloga afro-americana, Marimba Ani (1980), assegura que o segredo que os europeus descobriram desde muito cedo é que a cultura carrega regras para o pensamento. Deste modo, ao imporem as suas culturas aos outros a capacidade ficam limitada e profundamente comprometida, face qualquer possibilidade de ação estratégica emancipatória. Entendemos que o processo de descolonização, segundo o líder pan-africanista Amílcar Cabral, perpassa fundamentalmente pelo processo de *africanização* das mentes.

A estrutura social cabo-verdiana do período pós-independência é uma herança do processo de colonização e, por isso, apresenta ainda muitas semelhanças com o passado colonial. Assim, encontramos basicamente quatro grupos de estratificação social:

- a) os proprietários de terras que se mantiveram desde o período colonial, apesar da pré-anunciada reforma agrária após a independência;
- b) a burguesia local ligada às atividades comerciais, funcionários públicos e trabalhadores rurais, e par dessas classes, nesse período surgiram mais duas classes, nomeadamente;
- c) os comerciantes, ligada ao comércio informal;
- d) e outra já no período de liberalização econômica em 1990, formada por empresários ligados aos setores industrial e turístico (PEREIRA, 2005, p. _).

No que tange à população e fluxos migratórios, Cabo Verde tem tido ao longo de sua história uma população reduzida. As décadas de 1960 e 1970 constituíram um marco no início dos maiores fluxos migratórios do século, consequência das necessidades de mão de obra dos países ocidentais, o que permitiu baixas taxas de crescimento efetivo. Em termos espaciais, houve crescimentos diferenciados com a maior concentração da população em algumas ilhas em detrimento de outras. Entre elas, a Ilha de Santiago foi a que registrou um crescimento de 64%, São Vicente, 102%, e Sal, 130%, entre 1960 e 1980.

Em uma referência à assimetria da sua distribuição pelas principais ilhas de Cabo Verde, nas décadas de 1980 e 1990, constata-se que a ilha de Santiago, a maior ilha do arquipélago, concentrava mais da metade da população do país, com especial relevo para a cidade da Praia onde vivia cerca de 50% da população da ilha, constituindo, dessa forma, o concelho mais densamente povoado. Seguiu-se a ela a ilha de São Vicente, predominantemente urbana, também a de maior densidade populacional, concentrando a cidade do Mindelo mais de 90% da população da ilha, segundo os dados de CENSO de 2000, fornecidos pelo INE (Instituto

Nacional de Estatística), resultado em grande medida da sua atividade econômica e da aridez da ilha.

O país possui 22 concelhos, sendo o da Praia, o maior centro urbano do país. Um trabalho intitulado *Estudo sobre a relação da organização do espaço urbano e a violência urbana em Cabo Verde*, realizado pelo MAHOT (Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território) em parceria com o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Urbanos (ONU-HABITAT) e o Programa Único das Nações Unidas em Cabo Verde (ONE-UN), em 2011, mostra uma tendência progressiva para a urbanização do país, sendo que 61,8% da população do país já vive nos centros urbanos, quando uma década atrás essa percentagem situava-se em 53,8%, o que significa um aumento de sete pontos percentuais.

O município da Praia apresenta uma taxa de urbanização de 96,6%, superior à da média nacional. A evolução da população urbana, entre 1990 e 2010, foi a seguinte: 55,2% e 62%, respectivamente, confirmando, assim, a referida tendência para a urbanização do país. Dados do censo de 2010 (INE, 2010) informam que a cidade da Praia concentra neste momento 65,3% do total da população de Cabo Verde, ou seja, 198.300 habitantes.

A centralidade político-administrativa da cidade da Praia e os investimentos na indústria e serviços na cidade do Mindelo, ilha de São Vicente (a segunda ilha mais povoada do arquipélago de Cabo Verde), ocorridos principalmente nos finais da década de 1970 (logo após a independência nacional em 1975) e durante toda a década de 1990, podem ser apontados como uma das causas explicativas de tal fato, e se inscrevem no que os economistas nomeiam por desenvolvimento tripolar, faltando acrescentar a ilha do Sal, com os serviços aeroportuários, que viu aumentar o peso relativo da então vila de Espargos, bem como o de Santa Maria (MAHOT, 2011).

A par do crescimento urbano, fenômenos como a violência urbana ganharam espaço e já fazem parte da agenda pública do país. Segundo o estudo anteriormente mencionado, esse fenômeno, que na última década tem crescido nos principais centros urbanos de Cabo Verde, pode ser associado ao contexto histórico do país, às secas cíclicas, à migração campo-cidade, problemas econômicos e desemprego, todos decorrentes do contexto sócio histórico.

Interface: Cabo-verdianidade, Identidade nacional e o processo de desontologização

Cabo Verde é um país africano, que conhece o seu processo histórico, social e cultural descrito pela historiografia ocidental, a partir da instalação da colônia portuguesa no arquipélago. Nota-se uma escassez bibliográfica que retrata a história das ilhas do arquipélago, antes da

chegada dos portugueses. O país ascende a sua autodeterminação política em 1975 e se afirma como nação independente à semelhança de outros países africanos, como por exemplo, Guiné-Bissau, cuja luta de libertação foi liderada por Amílcar Cabral sob a bandeira da unidade entre os dois povos.

Segundo a intelectual cabo-verdiana, Gabriel Fernandes (2006), ao equiparar com outros contextos sociais colonizados, como Guiné-Bissau e Angola, o caso de Cabo Verde foi o único em que houve uma crescente tendência à homogeneização através de um duplo movimento: a criouliização abrangente, pela qual os diferentes grupos étnicos-culturais convergem para um único referencial cultural, o crioulo; e o branqueamento socioeconômico e institucional, pelo qual o povo cabo-verdiano se apropria do imaginário e *modus vivendi* dos brancos, quebrando a barreira rracica ou fazendo-a perder seu significado e poder originário.

Para Fernandes, o processo histórico de configuração da nação cabo-verdiana, diferentemente das outras nações como Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, entre outros, sem a influência dos nossos ancestrais escravizados e nem a significativa proeminência socioeconômica dos colonizadores portugueses, não possuiu uma polarização étnico-cultural digna de nota. A sociedade emergiu e desde muito cedo se estabilizou como entidade culturalmente autónoma em relação as suas referências de matrilinearidade.²

Neste sentido, importa deixar presente que o matriarcado foi concebido pelo intelectual senegalês Cheik Antah Diop como um princípio estruturante do sistema cultural africano, no continente e na diáspora. Para fundamentar a sua posição, Diop desenvolveu a “Teoria das duas origens” (1989) para explicar que o comportamento e desenvolvimento humano são influenciados pelas condições do meio ambiente e condições de vidas concretas de um povo situados em dois contextos, a saber: Berço Meridional (africano) e o Berço Setentrional (Norte). No Norte, as condições de vida nómada dos povos indo-arianos implicam a subvalorização da mulher, que por sua vez representa um obstáculo à condição de mobilidade. Diop (1989) assegura nas suas próprias palavras:

“o berço meridional, confinado ao continente africano em particular, é caracterizado pela família matriarcal, a criação do estado territorial, em contraste com as sociedades-estado arianas, e emancipação da mulher na vida domestica, a xenofilia, o

² A tendência dominante das caracterizações ocidentais do mundo social tende a ser unilinear e universalista de modo que capture a teorização crítica sobre o resto do mundo. A epistemologia ocidental sobre gênero compromete a efetiva agência das mulheres africanas e o seu lugar na história da humanidade. Pois, os estereótipos foram estabelecidos como bases na construção de epistemologia sobre a mulher africana nos mais diversos contextos sociais e culturas. Neste sentido a concepção afrocentrada, sistematizada pela Professora afro-americana Clenora-Hudson-Weens, (1980), denominada Mulherismo Africana como ferramentas teóricas e um eixo na compreensão das dinâmicas que atravessam as experiências das mulheres africanas no continente e na diáspora. Trata-se de uma epistemologia afrocentrada que visa compreender a história das mulheres africanas a partir da matriz civilizatória africana, determinados pelos seus princípios estruturantes, partilhados pelos (as) africanos (as) no continente e na diáspora. A sua especificidade é o destaque do papel das mulheres africanas como agentes e protagonistas nas lutas para recuperar, reconstruir e criar uma integridade, cultural que defenda os antigos princípios Máaticos de reciprocidade, equilíbrio harmonia, justiça, liberdade, ordem, entre outros.

cosmopolitismo, um tipo de coletivismo social que proporciona tranquilidade com relação ao futuro, solidariedade material de direito para cada indivíduo, o que torna a miséria moral e material desconhecida até o presente; há pessoas vivendo na pobreza, mas ninguém sente sozinho e nem abandonado. No domínio moral, mostra um ideal de paz, de justiça, de bondade de optimismo, o que elimina toda a noção de culpa ou pecado original em instituições metafísica” (DIOP, 1989, p.177).

O sistema matriarcado não significa a dominação feminina sobre o homem, e sim uma partilha de responsabilidades e poder. Este último pode ser partilhado entre homem e mulher tanto na política quanto na economia e religião. Historicamente, a tradição matrilinear estimula o desenvolvimento da mulher³ e sua contribuição positiva na sociedade. Pois, isso contraria a superexposição estigmatizante das mulheres africanas, no continente e na diáspora.

O processo de resistência do povo cabo-verdiano pela definição identitária encontra ressonância nas agendas dos *Caridosos*, que se propondo “fincar os pés na terra”, acabam por expressar seu “desespero de querer partir e ter que ficar”, falar do “perfil dum vapor que não me quis levar” e lamentar a ausência de uma “civilização que a distância do Atlântico dissolve-se antes de chegar” (MANUEL LOPERS/ ÉCRAN, 1936, p.56). Esses exemplos ‘marcam o processo de afirmação identitária da elite intelectual, antes da independência, e são fundamentais para entendermos o processo histórico, subjacente à formação da sociedade cabo-verdiana.

Nessa linha, é importante reportar que após a independência essa tendência de procurar vincular o país a outros territórios continua numa perspectiva mais sofisticada. Deste modo, conhecer a história da África, e resgatar a nossa consciência histórica, nesse processo de emancipação e independência total, se constitui numa agenda impostergável para o resgate da autoestima e estima-racial, como africanos, e, principalmente, para o processo de reontologização.

O Movimento Literário Claridade, nascido em 1930, reivindicava o direito a uma identidade cultural autônoma e ligada a cabo-verdianidade. A narrativa construída pelo movimento coloca Cabo Verde numa posição étnico-racial semelhante à ideologia lusotropicalista brasileira, sob a presunção de que a convivência entre os colonizadores portugueses, e os nossos ancestrais africanos, teria decorrido de forma pacífica e harmoniosa. O historiador cabo-verdiano, Correia e Silva (1996), afirmou em *Sociedades crioulas* que “as fraturas étnicas inicialmente coincidiam com as de classe, fazendo do negro, escravo, e do branco, escravocrata, daquele o ‘gentio’ e deste o civilizado” (CORREIA E SILVA, 1996, p. 49). Essa postura

³ Protagonismo e o lugar social e histórico das mulheres africanas- no continente e na diáspora- Entre estas destacamos as Kentakes, conhecidas como Candaces através dos registros romanos-As “Rainhas-Mães” ou Kentakes governaram a região africana de Kush (atual Etiópia). A mais conhecida a carregar o título foi a Kentake Amanirenas, líder da vitoriosa e humilhante batalha sobre os romanos que, sob regime de Júlio César, foram forçados a declarar a Pax Romana. Como afirma Diop (1963). “A perda de um olho na batalha apenas teve o efeito de aumentar sua bravura. Esta resistência heroica causou uma grande impressão em toda a antiguidade clássica, não por que a Rainha era negra, mas por que ela era uma mulher: o mundo indo-europeu ainda não estava acostumado com a ideia de uma mulher desempenhando um papel político e social.”

historicamente construída pelos intelectuais cabo-verdianos, ainda no período colonial, consiste, na reivindicação pelo reconhecimento, da parte da metrópole colonizadora, do seu performance civilizatório e administrativo, mostrando que essa elite estava tão preparada para assumir o comando do país como os dirigentes coloniais.

O intelectual martinicano Frantz Fanon faz uma leitura crítica da experiência colonial: A civilização branca, sob a forma da cultura europeia, impôs ao negro um desvio existencial (FANON, 2008). Com isso ele explica os processos de construção, da identidade negra diante da experiência de dominação e subjugação colonial. A identidade étnico-racial em Cabo Verde, fruto de complexos processos de exploração colonial e escravista, que condicionou dimensões económicas, culturais e sociais, ao mesmo tempo em que delineou a formatação de relações raciais em que às populações negras foram destinados lugares simbólicos creditados por ideologias que pregavam a aproximação com os valores eurocêntricos.

Secas cíclicas em Cabo verde entre os séculos XIX e XX e os seus impactos sociais e culturais

À data da independência, em 1975, Cabo Verde correspondia a mais pobre das colónias portuguesas, com 4033,37 Km² de terras vulcânicas e montanhosas, escavadas em vales esteiros e profundos, ilhas planas, áridas e despidas de qualquer manto arbóreo. Toda a costa litoral era dominada por terras secas, onde a pastagem pobre constituía a única atividade possível, quando o avanço das areias não ameaçava as últimas plantas que sobravam da ação devastadora de secas prolongadas. A agricultura de sequeiro à base de milho, algumas leguminosas e cucurbitáceas constituíam a principal ocupação da população rural. Mesmo assim, essa atividade era sazonal: três meses de chuva para a maioria da faina e o resto do ano dedicado ao ócio, ao pastoreio de algumas cabeças de gado e raros empregos de ocasiões (CARREIRA,1984).

As reduzidas parcelas de terras irrigadas estavam ocupadas com o cultivo de cana-de-açúcar, hortícolas e frutas. A única cultura de rendimentos era a banana, exportada para a ex metrópole portuguesa. A criação de gado, em molde tradicional, representava um complemento de agricultura, e a pesca reduzia-se à captura artesanal, insuficiente para sustentar as aldeias de pescadores pobres e analfabetos, à margem de qualquer perspectiva de modernização. Agravando esse cenário de pobreza, a seca iniciada na segunda metade dos anos 1960 coincidiu com um aumento exponencial da população, que teve de ser socorrida com trabalhos de emergência, sobretudo de construção de estradas. Desse modo, a cultura europeia será imposta, com o

objetivo de dominar e explorar até a exaustão os povos africanos. Nesse sentido, segundo Aimé Caseire, no “Discurso sobre o colonialismo” que o identifica com coisificação, afirma:

Entre o colonizador e o colonizado, só há lugar para o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, o imposto, o roubo, a violação, as culturas obrigatórias, o desprezo, a desconfiança, a arrogância, a suficiência, a grosseria, as elites descerebradas, as massas aviltadas. Nenhum contato humano, mas a relação de dominação e de submissão que transformam o homem colonizador em criado, ajudante, comitê, chicote, e o homem indígena, em instrumento de produção. É a minha vez de enunciar uma equação: colonização=coisificação (CASEIRE. 1978, p.32).

A sociedade cabo-verdiana é profundamente marcada pela *maafa* (termo *ki-swahili* que significa tragédia, holocausto) da escravização e colonialismo, agregados aos problemas climáticos existentes no arquipélago devido à sua posição geográfica. Os africanos escravizados que povoaram as ilhas de Cabo Verde enfrentaram todos os tipos de opressão que se possa imaginar sobre a dominação dos colonizadores portugueses. Dentre os enfrentamentos e resistência das/os cabo-verdianas/os, destaque-se a fome provocada pelas secas cíclicas que assolavam as ilhas do arquipélago, acompanhadas de consequências como doenças e alta taxa de mortalidade, como aquelas que mais marcas deixou nos povos das ilhas do arquipélago, o racismo institucional, entre outros fenômenos decorrentes do contexto social e histórico marcado pelo sistema de dominação colonial.

Quando as chuvas rareiam em anos sucessivos, o povo cabo-verdiano enfrenta graves problemas de escassez de alimentos, junto com a falta de água até para as necessidades mais prementes como matar a sede. Desse modo, a resistência do povo cabo-verdiano sempre foi marcada pelos problemas de chuva e de falta de água, com todas as suas consequências para uma população que sobrevive da agricultura, e criação de gado e pesca. O povo preto crioulo tem um histórico marcado por dolorosas crises de bens e serviços das primeiras necessidades. Os séculos XVI e XVII são marcos trágicos para o povo cabo-verdiano que enfrentou períodos penosos de fome e mortandade causados pela seca, mas principalmente pelo abandono e falta de políticas públicas.

O fenômeno de seca e crise em Cabo Verde sempre esteve na agenda dos pesquisadores cabo-verdianos, como António Carreira (1983, 1984, 1985), Orlando Ribeiro (1960) e Ilídio do Amaral (1987). Nesta seção, temos como referências as reflexões de António Carreira. As crises por escassez de alimentos, resultantes de secas prolongadas, seguidas ou não de enorme mortandade, têm-se repetido com grande frequência em todo o arquipélago, possivelmente desde o início do povoamento das ilhas de Cabo Verde—por conta da sua posição geográfica, situado na linha saheliana. Os períodos de chuva marcados entre agosto e outubro são extremamente irregulares. Há períodos que chovem regularmente, contudo existem períodos em que a falta de

chuva tem impacto enorme na produção agrícola e, conseqüentemente, na criação de animais. Nas palavras do historiador Antônio Carreira:

Há anos em que as chuvas são escassas logo na primeira fase. Em outros chove regularmente; fazem-se as sementeiras na esperança de que as precipitações se repitam. No entanto, ou elas rareiam ou acaba por não cair mais nenhuma gota de água. Outras vezes ainda, as chuvas são diluvianas e, portanto, tão prejudiciais como a escassez” (CARREIRA, 2000, p. 55)

Questionamos o papel da colônia nessas crises e mortandade em Cabo Verde. Houve esforço por parte da colônia em não deixar morrer os nossos ancestrais negros escravizados, num país atravessado por escassez de recursos naturais, que correspondiam às expectativas dos colonizadores e que apenas serviam como entreposto para o sistema colonial escravagista? No panorama das ilhas sacrificadas, nos períodos de crise, a fome obriga aos nossos ancestrais a inventarem e reinventarem para encontrarem formas de resistir.

Nas grandes fomes do século XVII e XVIII, além dos abates dos animais domésticos – cabras, vacas, porcos, cavalos, burros, até cães e gatos –, quase até a extinção utilizaram-se pelas secas retiradas dos tambores de batuque e as cascas e folhas de arbustos. Diante desses cenários, após abolição de escravidão, os historiadores mostram dados que confirmam a escravização de homens livres em Cabo Verde, que se venderam por um período de tempo relativo a uma década como estratégias de resistências à fome e secas cíclicas em Cabo Verde. Esse fenômeno teve impacto enorme no fenômeno de migração.

Em algumas ilhas foram atribuídos nomes às fomes. A de 1804-1806, que se estendeu até 1810, restritiva a Santo Antão, ficou conhecida como fome de toco porque as pessoas utilizavam tronco de bananeira como forma de sobrevivência. A fome de 1825-1826, que atingiu Santo Antão e São Nicolau, ficou conhecida como fome do Pai Domingos. Esse nome justifica-se pelo fato de ter aparecido um negro chamado Domingos que vendia alimentos para a sobrevivência das pessoas.

As crises em Cabo Verde foram, sem dúvida, devastadoras, porém acreditamos que os princípios estruturantes dos sistemas culturais africano, no continente e na diáspora, foram mecanismos estratégicos essenciais no processo de resistência do povo das ilhas. Dentre esses valores e princípios, inspirados no Nguzo Saba, os sete princípios da ética africana são aqueles que indubitavelmente tiveram papel incomensurável na resistência do nosso povo: a) centralidade na comunidade; b) respeito pela tradição; c) alto nível de espiritualidade e de preocupação ética; d) harmonia com a natureza; e) a sociabilidade do indivíduo; f) veneração aos ancestrais; g) unidade do ser (KARENGA. 1988, p.9).

No entanto, ao contrário da tese do historiador Carreira sobre os valores culturais transportados pelos nossos ancestrais africanos para as ilhas de Cabo Verde que, “É o seu extraordinário apego a terra, embora sabendo que, nela, a Natureza é mais drástica do que a mãe. Herdou essas características, do português europeu” (CARREIRA, 2000, p. 38). Para confirmar esta contradição, seguimos os postulados de nosso intelectual clássico africano, Cheik Anta Diop (1987), que, nos seus próprios termos, assegurou:

Em conclusão, o berço meridional, confinado ao continente africano em particular, é caracterizado pela família matriarcal, a criação do estado territorial, em contraste com as cidades-estados arianas, a emancipação da mulher na vida doméstica, a xenofilia, o cosmopolitismo, um tipo de coletivismo social que proporciona a tranquilidade com relação ao futuro, solidariedade material desconhecida até o presente: há pessoas vivendo na pobreza, mas ninguém se sente sozinho nem abandonado. No domínio moral, mostra um ideal de paz, de justiça, de bondade e optimismo, o que elimina toda da noção de culpa ou pecado original na religião ou em instituições metafísicas (DIOP, 1989, p. 177).

Esses traços culturais, de acordo com o intelectual senegalês, estão bem consolidados nos africanos. Apesar da diversidade entre estes, no continente e na diáspora, há uma unidade cultural entre nós e os modelos da civilização clássicas africanas, que podem ser encontrados nas civilizações do continente. É importante destacar que, durante os vários períodos da crise, não existe registro objetivo que informa com exatidão os números das vítimas de seca e fome em Cabo Verde. Para os pesquisadores cabo-verdianos, a inexistência destes dados se justifica pelas limitações dos meios para os registros dos dados, mas acreditamos que essas negligências se justificam pelo racismo estrutural existente em Cabo Verde. Nas palavras de Carreira (2000):

Durante as crises, determinava-se o regimento compulsório a Santiago das mulheres cristãs que sabiam ter panos, com objetivo de não desfalecer a indústria local de mão de obra, especializada, ou para evitar concorrências aos panos das ilhas. Por outro lado, estando essas mulheres cristianizadas, tentava-se impedir a “regressão” de costumes. O curioso é a recomendação expressa de serem recambiadas por grupos, em navios diferentes, e não de uma só (CARREIRA, 2000, p. 42).

Com a mortalidade provocada pela fome entre 1773-1777, a população regrediu aos números de 1582, segundo a “contagem” para 1775. Cerca de 90 anos depois, subiu pra 58.626 (1862). Foi um acréscimo temporário, na medida em que a fome de 1864-1866 ceifou 14.767 negros nas duas primeiras ilhas do arquipélago. Em todo o país, houve um número de 30.000. Estes dados são relevantes para entendermos a evolução demográfica na ilha de Santiago e Fogo, pois, no bairro de Jamaica prevalecem os números de moradores do interior das ilhas citadas. (SENA BARCELOS, 2004; ÉVORA, 2006). Outro elemento relevante que explica a evolução

demográfica em Cabo Verde, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, foi o fim do tráfico de escravizados e a imigração para São Tomé e América do Norte.

Cidade da Praia: deslocamento e as emergências de outros tempos

A cidade da Praia, capital da República de Cabo Verde e sede do município com o mesmo nome, situa-se no litoral Sul da ilha de Santiago, a maior do arquipélago. Com o advento da independência em 1975, a cidade da Praia conheceu uma grande explosão demográfica, consequência de um forte movimento migratório das restantes ilhas do país e do êxodo rural, por conta das políticas restritivas dos convencionais países de imigração, aliadas à forte crise do setor agrícola provocada pelo baixo nível de pluviosidade que caracteriza o país.

A baixa taxa de crescimento da população anteriormente mencionada, e que tinha por base as necessidades de mão de obra dos países europeus, é agora invertida com políticas restritivas à imigração. Desde então, a cidade em questão constitui-se como o maior centro de atração populacional do país. De acordo com os dados do Censo da população de 2010 (INE, Instituto Nacional de Estatística), em 2000 a população da Praia era de 91.161 habitantes. Em 2005, esse número aumentou para 111.500 habitantes.

Em 2008, o número da população era de 124.661. Em 2000, a cidade da Praia albergou uma população de 131.602 habitantes. Esse número representa hoje mais de 45% da população total do arquipélago. Esse crescimento exponencial da população urbana não se fez acompanhar de medidas de política apropriadas e capazes de responder de forma eficaz os problemas daí advenientes, quais sejam: proliferação incontrolada e desorganizada de pequenos bairros, isolamento dos bairros na periferia da cidade e uma crescente demanda da população por solos para a construção de habitação e demais serviços de base.

Perante o cenário descrito, a cidade da Praia enfrenta no momento algumas questões preocupantes, ligadas principalmente à falta de saneamento e problemas de insalubridade resultantes da crescente urbanização não planejada e da pobreza, levando ao aumento de desigualdades sociais. Acrescente-se aos mencionados problemas o aumento de desemprego que afeta particularmente a camada mais jovem, a delinquência juvenil e criminalidade urbana em geral, a violência doméstica, aliados às dificuldades de acesso à água, energia e saneamento.

Segundo o estudo promovido em 2011 pelo MAHOT (Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território), pode-se constatar dois tipos de traços existentes na cidade da Praia. Cerca de 6 km² (44%) de solo urbano atual foram produzidos tendo por base planos urbanísticos. As ocupações que não foram previamente planejadas representam cerca de 8

km² (56%), dos quais 5km² pertencem aos bairros de crescimento informais mais recentes. Os dados do censo de 2010 apontam para a existência de 37.127 alojamentos, dos quais 30.036 são tipicamente urbanos e 1097 são do campo.

Outra característica que pode ser atribuída à cidade da Praia é a sua visível concentração de riqueza. O estudo do MHOT, em referência ao índice GINI (indicador de nível de desigualdade de rendimentos), aponta para uma concentração de cerca de 52% dos rendimentos do país na capital. Praia é a sede administrativa do país, sendo centro dos principais serviços do Estado, como as atividades ligadas à administração e governação (autárquica e nacional), a Universidade Pública de Cabo Verde e o Aeroporto Internacional Francisco Mendes, um dos maiores do país.

A sua população aumentou cerca de 33 mil pessoas na última década, representando um crescimento anual de cerca de 2,9%, muito acima da média nacional, que é de 1,3% ao ano. Aproximadamente 97% da população do concelho vivem na cidade, o que a tornou o município com maior taxa de urbanização nesta década. Ademais, a capital caracteriza-se ainda por ser atrativa não apenas para os fluxos migratórios nacionais, mas também internacionais, principalmente dos emigrantes africanos, que têm aumentado nos últimos anos. O referido crescimento populacional tem viabilizado um conjunto de atividades econômicas normalmente inviáveis em outros municípios pela inexistência de um número mínimo de pessoas. Esse fato atribui inteligibilidade ao processo de instalação de infraestruturas de apoio aos negócios primeiramente na Praia, e secundariamente noutros municípios.

Conclusão

Neste artigo analisamos o processo histórico e social de Cabo Verde, sob o olhar da contemporaneidade, situando o contexto histórico no qual se desenvolveu esse processo. Apoiando-nos nessa epistemologia africano-centrada, argumentamos que existe um conjunto específico de circunstâncias que condicionaram o processo de resistência do povo cabo-verdiano, perante *maafa* da escravização e o sistema de dominação colonial vigente nas ilhas do arquipélago cabo-verdiano. Apesar das opressões enfrentadas pelo povo das ilhas, a cultura cabo-verdiana, renovada cotidianamente nas estratégias de resistências foi fundamental neste processo de enfrentamento e emancipação. O protagonismo das mulheres e homens cabo-verdianos/as alicerçados nos princípios estruturantes do sistema cultural africano, no continente e na diáspora, bem estabilizadas nas práticas e manifestações culturais, expressa a necessidade e relevância do retorno ao passado, para buscarmos os valores civilizatórios africanos para a

emancipação total do povo cabo-verdiano, para escapar desta da subjetividade *ocidentalcentrica*, que ajuda a perpetuar a opressão de que somos vítimas.

Porém, através de estratégias de resistência forjadas em contextos de extremas desigualdades nas relações de poder, sobrevivem, ainda que sob o estigma da marginalidade não tenham se extinguido na totalidade. Para escaparmos desta visão do mundo que marginaliza os africanos, precisamos voltar às clássicas civilizações africanas. É fundamental neste contexto de exclusão cultural econômica e epistemológica, buscarmos nossas origens nos modelos civilizacionais do Egito e da Núbia, que definiam sua identidade cultural a partir de sua língua, história e cultura e não por oposição ou reação à visão construída pelo Ocidente.

Apesar da grande diversidade que caracteriza a cultura africana nos diversos contextos sociais, seja no continente ou na diáspora, essa pluralidade é tecida pelo princípio de unidade, conforme demonstrou Diop (1989). Neste exercício de suliamento conceber a África como centro não significa dizer que estamos discorrendo sobre o continente numa dimensão mítica, mas compreender que existe uma unidade cultural na diversidade africana, da mesma forma que o pensamento ocidental, por mais diverso que este seja, posto que possua-características comuns. A epistemologia africano-centrada propõe o retorno aos valores civilizatórios africanos, com a sua origem na civilização kemética, incluem a matriarcado, a *Umoja* (Unidade/União) irmandade, respeito à natureza, coletivismo, sacralidade, circularidade, restituição, *Ubuntu*, entre outros.

REFERÊNCIAS:

AGUESSY, Honorat. Visões e percepções tradicionais. In: SOW, Alpha et.al, **Introdução a Cultura Africana**. Lisboa: Edições 70, p.95-136.

ANI, Marimba. Yurugu: **Na Afrian-Centered Critique of European Cultura Thought and Behavoir**. Trenon: African World Press, 1994.

BERNAL, Martin. Black Atena: **The Afrosiatics Roots of Classical Civilization**. New Brunswick: Rutger University Press, Vol.1, 1987.

CABRAL, Amílcar. **Obras Escolhidas de Amílcar Cabral. Unidade e Luta: A Arma da Teoria**, V. I. Praia: Fundação Amílcar Cabral, 2013.

----- . **Obras Escolhidas de Amílcar Cabral. Unidade e luta: A Prática Revolucionária**. V. II. Praia: Fundação Amílcar Cabral, 2013.

----- . Cabral: no Cruzamento de Épocas. **Comunicações e discursos produzidos no II Simpósio Internacional Amilcar Cabral**. Alfa-Comunicações. Praia, Setembro de 2005.

CARREIRA, António. **Cabo Verde: aspectos sociais, secas e fomes do século XX**. Lisboa. Ulteiro, 1984.

DIOP, Cheikh Anta. **The African Origino of Civilization Mith or Reality!** Westport: Lawrence Hill, 1974.

_____. A origem dos antigos egípcios. In: GAMALMOKTHAR (Org.). **História Geral da África. A África Antiga**. v. II. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Civilization or barbarim: na authentic antropology**. Chicago: Lawrence Hill Books, 1991.

_____. **The Cultural Unity of Black Africa: The domains of Patriarchy and of Matriarchy in Classical Antiquity**. London: Karnack House, 1989.

DOS ANJOS, José Carlos. **Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Praia: INIPC, 2002.

_____. Elites intelectuais e a conformação da identidade nacional em Cabo Verde, **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 25, n. 3, 2003. vol.25, n.3, p. 579-596.

FERNANDES, Gabriel. **Em busca da nação: notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo**. Florianópolis/Praia: Editora da UFSC/IBNL, 2006.

_____. **A diluição da África: uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós) colonial**. Florianópolis: Edufsc, 2002.

_____. **O lugar como não-lugar: expatriação, hibridização e aventuras cosmopolitas cabo-verdianas**. Estratégias, Lisboa, n. 20, 2004.

FURTADO, C.A. (Org.). **Dimensões da pobreza e da vulnerabilidade social em Cabo Verde: uma abordagem sistêmica e interdisciplinar**. Dakar: CODESRIA, 2008.

_____. **A transformação das estruturas agrárias numa sociedade em mudança: Santiago**. Praia: ICL, 1993.

FANON, Frantz. **Em Defesa da Revolução Africana**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, Editora 1980.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.

FINCH III, Charles S. A Afrocentricidade e seus Críticos. In: Elisa L. Nascimento (Org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 37-69.

LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. São Paulo: Selo Negro, 2014.

MARIANO, Gabriel. **Cultura cabo-verdiana: ensaios**. Lisboa: Veja, 1991.

NASCIMENTO, J. N. **O crescimento urbano e a estrutura funcional da cidade da Praia**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2003.

SEMEDO, José Maria. Um arquipélago do Sahel. In: **Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde**. Descobertas das Ilhas de Cabo Verde. AHN PRAIA-SÉPIA PARIS, 1998.

TAVARES, C. **A política de solos na política urbana: a sua relevância para a cidade da Praia – Cabo Verde**. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2006.

Documentos:

Imprensa Nacional de Cabo Verde. Lei de Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico. Decreto Legislativo n°1/2006: **Boletim Oficial da República de Cabo Verde**. Série I, n. 7. Praia, 2006. Separar os documentos das referências bibliográficas.

IMPrensa Nacional de Cabo Verde. Princípios e Normas de Utilização dos Solos, Decreto Legislativo n° 2/2007: **Boletim Oficial da República de Cabo Verde**, Série I, n. 26-Suplemento, Praia, 2007.

INE. **Censo Geral da População e Habitação, 2000**. Praia: Instituto Nacional de Estatística, 2001.

_____. **Relatório dos Resultados Preliminares do RGPH, 2010**. Praia: Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, 2010.

_____. **Censo Geral da População e Habitação 2010**. Praia: Instituto Nacional de Estatística, 2011.